



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 059

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE JUNHO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado André Vargas, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Padre Paulo Campos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Chico Noroeste (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 014/2004

Curitiba, 16 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei dispondo que “para fins de incidência do limite máximo de que trata o artigo 7º, da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, serão excluídas as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003.”

A medida ora proposta justifica-se diante do simples fato de que a vantagem cuja exclusão dos referidos limites máximos pretende-se, é denominada “adicional de vôo”, instituída pela Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003, sendo percebida pelos pilotos das aeronaves do Estado, como vantagem de natureza e características especiais, inerentes às atividades dos integrantes da categoria de agentes de aviação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Para fins de incidência do limite máximo de que trata o artigo 7º, da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, serão excluídas as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/CC/108, 109 e 110/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

001/2004: De autoria do Poder Executivo, que institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, com a finalidade que especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.431. **Anote-se - Archive-se.**

042/2004: De autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia Estadual do Técnico em Eletrônica, a ser comemorado no dia 15 de outubro de cada ano, o qual foi convertido em Lei nº 14.432. **Anote-se - Archive-se.**

716/2003: De autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Ação Social Família Camiliana, com sede e foro no Município de Pinhais, o qual foi convertido em Lei nº 14.433. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº 441/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes - Presidente do FNDE, comunicando liberação de recursos financeiros destinados ao Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação, para a Secretaria de Estado da Educação, com destino ao Programa PNATE.
Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO Nº 445/2004

Curitiba, 09 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Em atendimento ao Ofício nº 106/2003, assinado pelo Deputado Renato Gaúcho, destinado a V. Exa., protocolado nesta Casa com o nº 4066, indicamos para substituir o mesmo, como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária, o Deputado Neivo Beraldin.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 216/2004, que objetiva a criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 203/2004, que objetiva prorrogar por um ano o prazo para conclusão dos trabalhos previstos pelo parágrafo 5º do artigo 2º da Lei nº 11.255, de 21/12/95, necessários ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.570, de 21/05/2002 (indenização às pessoas detidas sob acusação de participação política).

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM a inversão de pauta da Ordem do Dia de hoje - 23/06/2004.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno,

REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 de maio (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, COMUNICA que estará se ausentando da Assembléia Legislativa no dia 28 de junho próximo para participar, como Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa, do anúncio do Plano Safra do Governo Federal que acontecerá às 11h00 do dia 28, no Palácio do Governo em Brasília.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 1175

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Exma. Sra. Maria Marta Renner Lunardon, DD. Secretária de Estado da Administração, solicitando informações sobre os veículos pertencentes ao Governo do Estado do Paraná, conforme abaixo enumeradas:

1 - o número de veículos que foram declarados inservíveis no período de janeiro de 2003, até a presente data;

2 - quantos veículos foram concedidos em regime de comodato, ou doação, e quais as entidades beneficiadas no período supracitado;

3 - quais os critérios estabelecidos para a doação ou cessão, em regime de comodato;

4 - relação dos Municípios, em que as entidades beneficiadas estão sediadas.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Exmo. Sr.

Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando informações a respeito dos repasses mensais da merenda escolar nas escolas no Município de Guaraqueçaba e regiões insulanas no Estado do Paraná.

Segundo informações recebidas, as regiões insulanas e rurais no Município de Guaraqueçaba não estão recebendo a merenda escolar devidamente e, em Guaraqueçaba os professores estão sendo liberados mais cedo em virtude da falta de alimentação aos alunos, comprometendo o ensino e a permanência dos estudantes nas salas de aula.

Na certeza de seu pronto atendimento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e apreço.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, Dr. Caíto Quintana, informar todos os contratos de concessão e arrendamento vigentes, firmados com a administração indireta do Estado, e passíveis de ampliação nos termos do Projeto de Lei 207/2004, em trâmite nesta Casa, juntando as respectivas cópias.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 1169

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER, à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito de auditoria realizada nas contas do FUNDEF do Município de Guarapuava:

- O TCE-PR realizou auditoria nas contas do FUNDEF do Município de Guarapuava, depois de concluídos os trabalhos da CPI instalada pela Câmara Municipal daquela cidade?

- Qual foi o período auditado?
- Quais as conclusões da auditoria realizada?
- Encaminhar cópia do relatório.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

No seminário sobre o FUNDEF que realizamos no dia 28 de maio de 2004, participantes da referida cidade levantaram questionamentos sobre a regularidade das contas do FUNDEF no Município de Guarapuava.

Para que todo o questionamento levantado no referido seminário possa ser esclarecido é que encaminhamos o pedido.

REQUERIMENTO Nº 1173

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando informações a respeito do processo de isenção de ICMS da empresa Rocha Top Ltda, protocolo nº 5.430.881-7, relativo à importação de 01 (um) guindaste MHC - Móbil Harbor Crake.

01 - Qual a data da importação procedida, bem como, cópia do documento.

02 - Qual o documento que autorizou a liberação do equipamento sem o pagamento do ICMS, ou a sua escrutinação fiscal, no momento do despacho aduaneiro? Juntar a respectiva cópia.

03 - Quais os documentos apresentados pela empresa para comprovar a não similaridade do bem importado com outro de fabricação nacional, de modo a cumprir a condição resolutiva imposta no Convênio ICMS 33/2003, que autorizou a concessão da isenção, bem como, cópia do respectivo documento.

04 - Solicitamos informar qual o valor do bem importado em moeda negociada, e em reais, e também, qual o valor da inserção de ICMS.

05 - O Regime Especial nº 3110/2003, deferido no dia 31.01.2003, para efeito de, precariamente, justificar o não pagamento do imposto devido, não previu prazo final para a moratória (além das hipóteses regulamentares do seu encerramento)?

06 - A isenção do pagamento do ICMS, hipótese de exclusão do crédito tributário, foi reconhecida com base em ato posterior à ocorrência do fato gerador do ICMS?

07 - Por que, inobstante o requerimento da empresa Rocha Top, protocolado dia 17.01.2003, informa a importação de apenas 01 (um) guindaste, e solicita a isenção do pagamento do respectivo imposto, o Convênio 33/2003 de 09.04.2003, autoriza o Estado do Paraná a conceder isenção para dois guindastes iguais?

08 - Ocorreu uma segunda importação do equipamento como específico com desoneração do ICMS amparada no convênio mencionado? Quando? Quem foi o importador? O Poder Executivo? A própria APPA?

Uma empresa privada? Enviar cópia dos documentos da importação.

09 - Conforme Lei nº 11.580/96, Título I, das disposições básicas, capítulo I “Art. 2º - O imposto incide sobre: § 1º - O imposto incide também: a) Sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual, qualquer, que seja sua finalidade. Baseado na lei, de que forma foi interpretado o referido artigo, para conceder o benefício? Ainda, em quais artigos da Lei nº 11.580/96 a Secretaria da Fazenda baseou-se para deferir a isenção de ICMS?

Na certeza de seu pronto atendimento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) WALDIR LEITE

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação da Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Vereador Luiz Bueno da Silva, da Câmara Municipal de Nova Aliança do Ivaí, ocorrido em 05 de junho de 2004.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente automobilístico faleceu, dia 5 de junho de 2004, o Vereador do PMDB de Nova Aliança do Ivaí, Luiz Bueno da Silva, com 53 anos de idade. Deixou viúva a Sra. Nadir Pimenta, 05 filhos e um neto.

O Vereador Luiz Bueno da Silva deixou lacuna difícil de ser preenchida, entre seus parentes, amigos e correligionários como este Deputado.

Partiu nosso amigo Luiz, ficando saudades, tristeza e dor entre seus parentes e todos aqueles que o estimavam e com ele conviviam.

O destino roubou-o ao convívio de todos, restando apenas um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Descanse em paz, amigo Luiz Bueno da Silva.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bueno da Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Delci, ocorrido dia 18 de junho/2004.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 74 anos de idade faleceu dia 18 de junho/2004, o comerciante e agropecuarista Antonio Delci, que residia no Município de São Carlos do Ivaí.

Deixou viúva a Sra. Alzira Sanches Delci, os filhos: Cláudio, Luis Carlos, Maria Angela, Maria Inês, Antonio Cesar; quatorze netos e uma bisneta.

O passamento de Antonio Delci veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizade, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos. Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Antonio Delci, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Delci endereçando a ela, votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Beraldo Machado e Ana Maria Machado, que completou 55 anos de união conjugal, celebrando bodas de ametista.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia, pela passagem, no próximo dia 28 de junho de seus 112 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Vanderlei Luiz Spinelli Valério, Prefeito Municipal, à Vice-Prefeita, Sra. Eneida Mari Bevilaqua Martins Losi, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população clevelandense, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Clevelândia - Berço da civilização paranaense depositária das páginas mais brilhantes da nossa história, comemora no próximo dia 28, o seu 112º aniversário de fundação. Desmembrado que foi de Palmas no ano de 1982, o mais antigo Município do Sudoeste paranaense, passa, nos últimos anos, por um extraordinário surto de progresso.

Clevelândia, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, abriu suas portas para industrialização e o Município conta hoje com excelentes empresas industriais e comerciais.

É com orgulho portanto, que o povo de Clevelândia comemora o transcurso de mais um aniversário de seu Município. A certeza de dias melhores aliada a tudo o que já foi conquistado com o trabalho que vem sendo feito pela administração municipal, e com a colaboração de toda a comunidade clevelandense, a esperança de dias melhores converte-se efetivamente numa certeza.

É o Município nº 1 do Sudoeste paranaense, também chamado de Portal do Sudoeste”, pois dele foram desmembrados diversos municípios dos que hoje compõem vasta região sudoestina.

A Lei nº 28 de junho de 1892, elevou à categoria de Vila, com a denominação de Bela Vista de Palmas, hoje Clevelândia, em homenagem ao então Presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland que, como árbitro dirimiu a questão de limites entre o Brasil e a Argentina, relativa ao então território das Missões, pretendido pela Argentina.

Hoje, Clevelândia pode orgulhar-se de seu passamento e de seus filhos, de ontem e de hoje, entre os quais este Deputado, ali nascidos ou vindo de outras plagas.

As grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado Município, que se melhoram as condições de vida da população.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Clevelândia é credor de nossas homenagens e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma

garra e a mesma pujança, sendo exemplos e cópia modelo para os demais Municípios paranaenses.

Daquele rincão, modelos cívicos, morais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem paranaense, criado sob a influência da civilização sudoestina.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens devidas ao Município de Clevelândia, na significativa data do transcurso de seus 112 anos, parabenizando toda a população clevelandense que tem contribuído para o constante progresso daquela região.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 252/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Integração da Criança e do Adolescente, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Integração da Criança e do Adolescente, com sede e foro no Município de Bandeirantes, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso serviço de integração da criança e do adolescente na sociedade e no mercado de trabalho, através da realização de cursos profissionalizantes e de outras meritórias atividades.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 253/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Pio XII, com sede e foro no Município e Comarca de Campo Mourão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Pio XII, com sede e foro na Cidade de Campo Mourão-PR, é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado, orga-

nizada exclusivamente para a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Jardim Pio XII, tendo como finalidades:

- identificar, mobilizar ou formar novos grupos capazes de representar os diversos interesses dos moradores, a fim de que estes adquiram condições de resolver seus problemas comuns, objetivando sua autonomia;
- congregar todos os moradores do Jardim Pio XII sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter a elevação da qualidade de vida de todos.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Deputado André Vargas, demais Deputados, membros da imprensa.

O que nos traz a esta tribuna nesta tarde, são alguns assuntos que estão nos preocupando, principalmente na questão da segurança.

Estamos vivendo hoje, não só no Paraná, mas em todo o Brasil um momento muito difícil no que se refere à Segurança Pública.

Na região de Castro, Sr. Presidente, o nosso amigo Guedes e toda a região dos Campos Gerais, as gangues estão tomando conta, falta policial, falta equipamento, as festas juninas já não podem mais ser realizadas, as famílias estão preocupadas, agricultores estão sendo atacados, feitos reféns; as famílias estão assustadas.

Precisamos fazer alguma coisa para melhorar a questão de Segurança nos Campos Gerais e especialmente na cidade de Castro, onde a população não suporta mais a intranquilidade que está vivendo neste momento.

Não adiante só viaturas; viaturas é parte de um equipamento. O que precisa é o trabalho preventivo, é o trabalho de fiscalização, é o trabalho mais completo para que se possa, definitivamente resolver ou amenizar o problema da Segurança Pública na cidade de Castro.

Ponta Grossa recebeu agora oito viaturas. Estão paradas lá no 1º PPM e por incrível que pareça, Deputado Natálio Stica, Líder do Governo nesta Casa, as viaturas estão sem documentos! Não podem sair às ruas porque não foram os documentos! Vocês imaginem!

É por isso que as viaturas estão paradas no 1º PPM.

Assim, meu nobre Líder, gostaria que V. Exa. interferisse para que os documentos fossem liberados, e quem é que prende a polícia, Deputado Bradock, ou fiscaliza a polícia que não tem documentos?

Mas, as viaturas tem que ter documentos! Paradas, novas, em Ponta Grossa, e não estão andando porque parece que está faltando uma tal de inauguração!

O que é isso, Deputado Nelson Justus? As viaturas antigas estão quebradas, tem que “botar” as novas para

funcionar. Inaugura depois! Inauguração é o veículo na rua atendendo, salvando vidas!

Então, quero fazer um apelo aqui, para que deixe esse negócio de inauguração para depois, para a eleição. Libera agora para atender a população. Inauguração é querer se promover em período eleitoral.

Recentemente também, na questão da Segurança, lá em Caetano Mendes o pessoal reclamando, na região de Tibagi, a falta de um delegado. É uma comunidade que dispõe lá indo para o Norte, Deputado André passa por lá seguidamente, na estrada de Reserva, lá tem uma comunidade ao lado da rodovia, sofrendo.

O Secretário de Segurança prometeu em setembro do ano passado que um mês depois nomearia um sargento para coloca-lá.

A comunidade fez casa, tem tudo lá e só depende do tal sargento que até hoje não chegou lá. E o Secretário deu a sua palavra que em um mês estaria lá um sargento para atender comunidade de Alto do Amparo, São Bento e Caetano Mendes, e até agora, nada!

Por isso, nobre Deputado Stica, mais uma vez peço a V. Exa. que representa o Governo nesta Casa, que o Governo atenda esses pequenos pedidos aqui. São documentos para viaturas; mais equipamentos e mais atendimentos em Castro; liberar as viaturas do SIATE e colocar o sargento para cuidar do povo do Alto do Amparo e São Bento.

É isso que eu queria pedir e estou pedindo hoje; amanhã posso brigar, mas hoje estou só pedindo. Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi, por cinco minutos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados.

Ontem durante o dia, estive no Rio de Janeiro acompanhando o Senador Osmar Dias, nosso Presidente Estadual do PDT, em homenagem a um dos brasileiros que marcou a história do nosso País e que, certamente, fará muita falta à política brasileira.

(Lê):

“Leonel Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922 no povoado de Cruzinha, antes pertencente ao Município de Passo Fundo-RS, e hoje a Carazinho.

Filho mais novo de agricultores, seu pai o lavrador José de Oliveira Brizola, morreu na Revolução Federalista de 1923, lutando nas tropas de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Alfabetizado por sua mãe, Onívia de Moura Brizola, iniciou seus estudos na escola primária de Passo Fundo em 1931. Em 1936 matriculou-se no Instituto Agrícola de Viamão, formando-se técnico rural em 1939. Em 1940 mudou-se para Porto Alegre, onde concluiu o supletivo e trabalhou como funcionário público na

Prefeitura da Capital. Formou-se em Engenharia Civil na Universidade do Rio Grande do Sul, em 1949.

Simpatizante do Presidente Getúlio Vargas, Brizola ingressou no PTB em agosto de 1945, integrando o primeiro núcleo gaúcho do novo Partido. Em 1947, ainda estudante do curso de engenharia, elegeu-se Deputado Estadual, com participação decisiva na elaboração da Constituição gaúcha e participou da instituição do regime parlamentarista no Estado.

Em 1º de março de 1950, tendo como padrinho, Getúlio Vargas, casa-se com Neusa Goulart, irmã de seu colega de Bancada, João Goulart a quem conhecera como militante do PTB em Porto Alegre, e dessa união de muito amor nasceram três filhos: Neusinha Brizola, José Vicente Brizola e João Otávio Brizola.

Em outubro de 1950 reelege-se Deputado Estadual, assumindo a Liderança da Bancada, firmando-se como uma das mais expressivas lideranças políticas do PTB na Assembléia Legislativa. Em 1952, convidado pelo Governador Ernesto Dornelles (PTB), assume a Secretaria de Obras idealizando e executando inúmeras obras de relevante importância para o Estado, dando início à construção de grande número de Escolas Públicas, pois acreditava que o futuro da Nação dependia do aprimoramento do conhecimento de seu povo. No pleito de 1954 elege-se Deputado Federal, com a maior votação registrada até então no Estado do Rio Grande do Sul, tornando-se um dos mais duros adversários dos setores retrógrados e golpistas. Contesta Carlos Lacerda, já no ato de juramento deste, ao apartear disse: “este vai ser um juramento falso, Sr. Presidente, porque ele está pregando o golpe lá fora, e vem jurar a Constituição aqui dentro”. Foi um dos Deputados que mais lutou pelo cumprimento da Constituição, e em especial do calendário eleitoral tendo contribuído para a posse de Jucelino e Jango, respectivamente Presidente e Vice.

Eleito Prefeito de Porto Alegre em 1955, sua gestão foi marcada pelo trabalho incansável na área da educação pública, criando o slogan “nenhuma criança sem escola”. A nova experiência administrativa bem sucedida, na terceira maior Cidade do País na época reforçou sua marca empreendedora, dando continuidade na Capital ao projeto iniciado na sua passagem pela Secretaria de Obras do Governo Estadual.

Elegeu-se Governador do Rio Grande do Sul aos 36 anos, com amplo respaldo popular, obtendo mais de 670 mil votos. Realiza uma histórica administração, instituindo a Caixa Econômica Estadual e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, incrementando a Política de Desenvolvimento dos três Estados do Sul. Cria o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária - IGRA, com a entrega de 14 mil títulos a agricultores sem terra, dando início à conscientização da justa distribuição de terras para incremento da economia e geração de empregos no campo.

Conclui nesse mandato o programa iniciado antes, como Secretário realizando o maior investimento em

educação pública, com a construção de 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios, abrindo 700 mil novas matrículas e contratando 42 mil novos professores, eliminando o déficit escolar.

No plano político inicia seu governo queimando os arquivos do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social, eliminando a máquina existente de repressão no interior do governo estadual. Introduce um programa rádio-telefônico semanal e pioneiro no País, todas às sextas-feiras à noite, de prestação de contas e esclarecimento sobre a administração estadual.

Inicia e coordena o movimento da Legalidade, sustentando o plano que visava o impedimento da posse do Vice-Presidente Constitucional, João Goulart, em ação política inédita, que garantiu o respeito à Constituição Nacional.

(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do PDT)

Em 1962 elegeu-se Deputado Federal pelo Estado da Guanabara com quase 300 mil votos, maior votação alcançada até então por um Parlamentar na história brasileira, que representou um terço dos votos do Estado da Guanabara.

Com marcada atuação em favor das reformas de base e da profunda reformulação da política econômica e social, constituindo-se em um dos maiores líderes nacionais por esses avanços, é incluído na primeira lista de cassados pelo golpe de 1964. Tenta resistir em Porto Alegre, em nome da Ordem Constitucional, mas é dissuadido, diante da posição diversa do Presidente João Goulart. Diante da impossibilidade de permanecer no País, com atuação pública, sendo procurado vivo ou morto, exila-se em maio, no Uruguai.

Permanece no exílio por 15 anos, passando pelo Uruguai, Estados Unidos e Europa. Neste último estreitou relações com lideranças tais como François Mitterrand, Felipe Gonzáles, Carlos Andrés Peres e Mário Soares, no momento de crescimento do movimento pela anistia, promove o encontro de trabalhadores no Brasil e no exílio em Lisboa com o objetivo de reorganizar o PTB no Brasil. É de lá que sai a Carta de Lisboa a principal peça de constituição daquilo que viria a ser o PDT - Partido Democrático Trabalhista. Retorna ao Brasil em 1979 mais de 15 anos depois de ter saído, ingressa em território nacional pelo aeroporto de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, segue para Porto Alegre, mas fixa residência no Rio de Janeiro, Capital.

Em novembro de 1981, Leonel Brizola registra no TSE o PDT, o qual permanece até o fim de seus dias. Foi eleito Governador do Rio de Janeiro com 34% do eleitorado, onde realizou inúmeras obras, instituindo um plano educacional inovador, com a introdução dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), com turnos integrais, completando a entrega de mais de 200 unidades.

Participou ativamente da campanha pelas Diretas, sendo que depois de frustrada essa possibilidade, apoiou

a candidatura de Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir o mandato de Presidente da República.

Candidato à Presidência em 1989, pelo voto direto, não obteve êxito no pleito, sendo eleito mais tarde, no ano de 1990, Governador do Rio de Janeiro pela segunda vez.

Membro efetivo da Internacional Socialista, Leonel de Moura Brizola, foi em vida a maior expressão política do trabalhismo nacional, defensor das classes menos favorecidas, acreditava que a educação e o trabalho digno era direito de todos. Pela sua trajetória na vida pública, e pela sua ilibada conduta é que viemos prestar esta justa homenagem a esse honrado brasileiro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, em especial dos filhos Neusa, José Vicente e João Otávio Brizola, e netos, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.”

Nós estivemos ontem no velório desse grande patriota, porque todos que estão aqui podem discordar desta ou daquela opinião de Leonel Brizola, mas certamente um homem que até os 82 anos de idade, sessenta dos quais permaneceu na vida pública, não restou dos cargos que ocupou nenhuma dúvida com relação à honestidade, ao seu princípio sólido em defesa da população, ao caráter que carregou sempre retilíneo e principalmente, a sua coragem de defender as posições nas quais acreditava e pelas quais lutava.

Brizola certamente será um dos marcos importantes da política brasileira. E muitas vezes nós, quem sabe, tenhamos que reverenciar figuras como Getúlio Vargas, João Goulart, e, por último, Leonel Brizola, para dizer que o trabalhismo brasileiro encontrou nessa gente a vertente de uma luta em defesa da grande maioria da população.

Imagino que o povo brasileiro ao acordar ontem, pela manhã, de luto ficou, porque eu via lá centenas e milhares de pessoas em filas quilométricas, no Rio de Janeiro, para dar o último adeus àquele que tanto admiraram. Eu, especialmente, imagino que no Rio Grande do Sul as cadeias de rádios, como formou ele quando defendia a legalidade e as instituições públicas brasileiras, estão fazendo um chamado para que o povo vá até o Palácio Piratininga e, posteriormente, acompanhe o seu corpo até São Borja, onde estão lá sepultados, não apenas o seu padrinho político, Getúlio Vargas, não apenas os seus familiares, como é o caso do ex-Presidente João Goulart, mas sua esposa Neusa Brizola, também.

No Sudoeste do Paraná, região que orgulhosamente represento aqui, Sr. Presidente - nós que acompanhamos de perto a história de política de Brizola, nós que vivenciamos a coragem desse líder destemido, nós que pretendemos a admirar a sua conduta ética e moral, que nunca se curvou - amanheceu de luto, e tenho absoluta certeza, vai, ao longo dos tempos, reverenciar esse grande patriota que foi um servidor do nosso Brasil.

Ainda no exílio, quando eu aqui estudante, nós fazíamos uma comissão para visitá-lo no Uruguai, e ele lá, de outro país, coordenava a resistência brasileira, junto com outros partidos como é o caso do PMDB que naquela época encampava a anistia ampla, geral e irrestrita.

O Brizola para nós é muito mais do que um político que passou incólume nos cargos públicos que ocupou, é muito mais que um político que assumiu o Governo de dois Estados diferentes da Federação e tão distintos como é o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. É mais do que isto. É uma referência que nos cabe a encampar sempre as suas idéias, das escolas que construiu quando o Rio Grande engatinhava, até os CIEP's que se tornou uma proposta universal do ensino público e gratuito neste Brasil.

Deixo aqui registrado, o nome do PDT do Paraná, a nossa mais sincera homenagem a este ilustre brasileiro que serve de referência a todos nós, não apenas àqueles que seguem seus passos políticos, mas a todos aqueles que entendem que deveremos ser intransigentes na defesa da soberania do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Nós igualmente, assim como o Presidente Hermas Brandão, nos solidarizamos neste momento de dor, daqueles que como o Brizola, como lideranças políticas importantes deste país, construíram um momento democrático e possivelmente um modelo de Nação novo, soberano e justo.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Só para registrar nos anais desta Casa, a visita, na data de hoje, dos Vereadores de Altamira e de Quarto Centenário, Zé Carlos, Luiz Carlos, Presidente da Casa, o Paulinho, o José Amado e o Silvio Franco, de Quarto Centenário, também Presidente daquela Casa, que estiveram hoje na capital em diligências junto às Secretarias de Estado em busca de melhorias para aquela região, tão bem representada nesta Casa pelo Deputado Nelson Tureck.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Damos as boas-vindas aos nossos convidados, lideranças políticas dos seus respectivos Municípios.

Passaremos a palavra à Sra. Sandra Márcia Duarte, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, sindicato dos servidores do sistema penitenciário do Estado do Paraná.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (**Pela Ordem**)

Quero saudar todos os agentes penitenciários do Estado do Paraná que aqui se encontram, nossos companheiros, nossos amigos, lembrar que as lutas, dessa categoria são muito justas e sérias e que devem de fato ser feitas. Nós pedimos, e quero já de antemão agradecer à Presidência desta Casa por ter concedido à presidente do

Sindicato dos Servidores dos Agentes Penitenciários a palavra, para que esteja expondo as lutas, as causas, as reivindicações da categoria.

Seja muito bem-vinda à nossa Casa de Leis nesta tarde, e conte conosco, com os Deputados que aqui estão também, para a luta de vocês.

Muito obrigado.

A SRA. SANDRA MÁRCIA DUARTE

Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de iniciar a minha fala agradecendo mais uma vez a oportunidade de podermos ocupar esta tribuna e de poder ter o nosso pessoal penitenciário aqui recebido, como tantas vezes já fomos, e dizer que de todos as outras que aqui estivemos, em nenhuma delas nós saímos com uma esperança menor do que aquela que apresentamos quando chegamos. Em nenhuma delas, Sr. Presidente, saímos daqui sem ter as nossas reivindicações atendidas, jamais saímos desta Casa com as mãos vazias. É isso que viemos buscar aqui, outra vez.

Na verdade a preocupação destes trabalhadores que aqui se encontram, nós somos ao todo 2.100 servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná; 1.100 Agentes de Disciplina e mais 800 servidores do IASP. A preocupação que trazemos da categoria, é com relação a algumas medidas que o Governo tomou, que se levadas a efeito trarão grandes prejuízos para todos os servidores do Sistema Penitenciário e para o pessoal de apoio e execução de todo o Estado do Paraná.

A questão que trazemos é com relação ao Decreto 2471, o qual estabelece uma nova gratificação para os agentes penitenciários de R\$1.550,00 e o fim do serviço extraordinário. Com essa medida, desse decreto, os agentes irão ter um prejuízo de pelo menos R\$400,00 coisa que hoje não há a menor possibilidade desses trabalhadores conseguirem se sustentar com o prejuízo que está previsto nesse decreto.

A outra questão é com relação ao Decreto 1705. Eu pediria a atenção de todos os Deputados, porque esse decreto não só vai representar R\$100,00 de prejuízo do servidor penitenciário, mas também do pessoal que trabalha na área da educação, da segurança, da saúde e do serviço penitenciário e outros setores do serviço público. É um decreto que se encerra em 1º de agosto, e nós pedimos a sua prorrogação por, pelo menos, mais um ano.

A outra questão que trazemos é com relação ao Decreto nº 3460, que institui nova jornada de trabalho que tem sido extremamente prejudicial a todos os servidores do Sistema, um período extenso demais para que possamos absorver isso. Os danos de saúde dos servidores, já são visíveis.

A outra questão é com relação à progressão dos servidores de todo o Estado do Paraná. Essa progressão estaria prevista para iniciar a partir de agosto, e esse decreto do Governador até agora não foi assinado.

Basicamente seriam esses os itens que estão nos preocupando para os quais já reiteradas vezes, algumas medidas por parte do Governo e, até este momento não conseguimos obter nenhuma informação.

É só para isso, Srs. Deputados, que nós vimos a esta Casa hoje. Esse pessoal estava no seu trabalho; veio buscar o apoio dos Deputados desta Casa. Esperamos, com a nossa presença, sensibilizá-los, para que procurem, junto ao Governador, para que esta Casa possa promover algum tipo de mensagem para o Governo do Estado, buscando apoio a essa categoria. É isso que nós vimos pedir.

Queremos agradecer ao Deputado Padre Paulo, pelo seu empenho, pela sua rápida e pronta atenção à nossa solicitação, à nossa causa; foi de afogadilho. Agradecemos, e a categoria toda saberá agradecer isso em outras oportunidades; vamos fazer maiores referências.

Agradecer mais uma vez, Presidente, a possibilidade de ocuparmos esta tribuna e, esperamos que os Deputados possam se sensibilizar, se solidarizar com o pessoal penitenciário e promover, junto ao Governador do Estado, algum tipo de moção de apoio, para que esses quatro itens sejam atendidos, ainda neste mês de junho, para que a gente não avance no período eleitoral, que inviabilizaria qualquer tipo de medida do Governo, que dissesse respeito à questão salarial.

Muito obrigado. Era o que tínhamos a reivindicar.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

A Assembléia Legislativa, sem dúvida nenhuma, será solidária à reivindicação justa dos servidores do Sistema Penitenciário, e não se furtará a cumprir as suas funções levando as justas reivindicações desse segmento que cumpre um serviço público essencial para a população do Paraná.

Agradecemos a presença da Sandra e de todos os servidores do Sistema Penitenciário.

Sejam muito bem-vindos à Assembléia Legislativa.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Gostaria de cumprimentar o Deputado Padre Paulo pela iniciativa de dar a oportunidade para que a Sandra Marcia Duarte, Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná, pudesse usar a tribuna e defender essas reivindicações justas. Lembrando que inclusive o próprio Deputado Tadeu Veneri e eu estivemos juntos com essa categoria em diversas ocasiões. Vimos que é uma classe espoliada. Entendemos que o Governo do Estado, como fez hoje de manhã uma prestação de contas, aqui, tem um caixa na ordem de mais de 1 bilhão e 200 milhões de reais. Já que não há nenhum tipo de impedimento em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, gostaria de pedir aos Líderes do Governo para que fizessem um estudo do impacto orçamentário, do que isso possa representar na folha de pagamento do Estado para atender à reivindicação justa dessa

categoria que já vem sofrendo pesadas punições nos últimos tempos.

Tem todo o nosso apoio. Acho que é sem dúvida nenhuma uma reivindicação justa e apelamos à sensibilidade do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes, companheiros que trabalham na segurança dos presídios do nosso Estado.

Dias atrás, mais especificamente na segunda-feira, o Deputado Ribas Carli, fazendo coro com o Deputado Valdir Rossoni, bateram muito na Saúde Pública do Estado do Paraná. Disse que voltaria a esta tribuna com números. Virou lugar comum para os Deputados de Oposição ocuparem a tribuna para lançarem bravatas e inverdades, sem fundamento, na maioria das vezes, violando o Regimento Interno, e, até reconheço, às vezes na tentativa de mostrar que em seu ex-Governo algumas coisas eram feitas. Porém, defendem um Governo corrupto e insensível com os problemas sociais e ainda tentam posar como vigilantes de moralidade pública. Não vejo o Deputado Ribas Carli, o que me deixa preocupado, porque queria falar olhando em seus olhos, mas digo que ele, com todo respeito que lhe devo, não tem autoridade para criticar a atual política de saúde do Governo do Estado, como fez da tribuna da Oposição.

Também não vejo aqui o Deputado Valdir Rossoni, que há dois anos passados liderou nesta Casa a base do ex-Governador Jaime Lerner, inclusive ajudou no trabalho para aprovar um Orçamento que reduziu 80 milhões de reais nos investimentos de saúde.

E também sob a liderança do Deputado Valdir Rossoni, deixou de fazer um programa sério de combate à dengue, que resultou no recorde histórico de caso de doença no Paraná, com quase mil casos, inclusive com mortes por dengue hemorrágica.

Outro dia, da tribuna desta Casa, o Deputado Valdir Rossoni criticava, sem conhecimento de causa e sem o estudo que o fato merece, a saúde pública de Paranaguá. Eu queria que o ex-Líder do Governo Jaime Lerner pudesse escutar os números que eu trouxe.

Em 1995, quando o Governador Jaime Lerner assumiu, em Paranaguá existiam 4 leitos de UTI. No mês passado, quando a Santa Casa sofreu intervenção da Vigilância Sanitária, eu queria responder ao Deputado Valdir Rossoni que ela continuava com 4 leitos de UTI. Portanto, em 8 anos do desgoverno Lerner, não aumentou um leito sequer, inclusive, sem condições de uso para os mais primários procedimentos médicos.

Esta situação caótica é o resultado da política criminosa de saúde pública que o ex-Governador Jaime Lerner deixou para o Paraná. Queria poder refrescar a memória do Deputado Valdir Rossoni, para que a população de Paranaguá fique sabendo quem é o verdadeiro culpado pelo caos na saúde pública daquela cidade.

O dinheiro retirado da população de Paranaguá, talvez tenha sido investido em algumas obras de pavimentação urbana ou ainda na tal da estrada que o Deputado citava, da tribuna, que está inacabada. Inacabada como muitas estão, porque foram superfaturadas, também com o aval da equipe do ex-Governador Jaime Lerner.

Somente na tabela de preços do DER foi possível fazer um corte linear de 30%, restabelecendo os valores justos ou próximos da justeza do mercado. Mas, o que o líder do Governo do pedágio superfaturado, dos títulos podres de Alagoas. Guarulhos, da Usina de Araucária, da venda da FERROESTE, da quebra do BANESTADO, da falcatura dos créditos do ICMS, de todas estas falcaturas que estão falando, era o que defendia o Governador Jaime Lerner, que aqui tinha o líder Valdir Rossoni.

Queria dizer-lhe que no verão de 2002-2003, reflexo da política criminosa da saúde pública do seu Governo, quase 10 mil casos de dengue no Estado. Verão de 2003-2004, que já era de responsabilidade do atual Governador Roberto Requião, caiu dos 10 mil para 75 casos.

O orçamento deixado pelo Governador da política criminosa da saúde pública: 80 milhões inferior ao ano de 2002.

Investimento executado pelo atual Governo, no ano passado, em saúde pública no Paraná: 62% a mais do que em 2002.

O Governo Jaime Lerner investiu, em 2002, 194 milhões e 482 mil reais. O atual Governo investiu, no ano passado, 314 milhões e 310 mil reais.

Estamos falando exclusivamente dos recursos do Governo do Estado, mas, se considerarmos o repasse do SUS e outros Programas, o volume chega a 702 milhões e quarenta mil reais. Mais um dado que eu queria deixar, infelizmente não está aqui o nobre líder do Governo Jaime Lerner: nos medicamentos de uso contínuo, que são de responsabilidade exclusiva do Estado, os investimentos passaram de 32 milhões e noventa mil reais, para 42 milhões e sessenta mil reais.

Eu sei que a verdade dói. Infelizmente não estão aqui Ribas Carli e Rossoni, a quem preferencialmente me dirijo que bradavam da tribuna, ontem. Quero dizer a esses dois Deputados que precisam tomar mais cuidado com as palavras, pois eles não se perdem ao vento; ficam registradas nos Anais desta Casa como prova de integridade pública de seus membros e aqui quero repetir o que disse o Deputado Valdir Rossoni - me chamando a atenção e aqui lhe dou o troco. Cuidado, Deputado "a língua é o chicote da bunda". Na região de Guarapuava, região do Deputado Ribas Carli, existem dois consórcios

intermunicipais de saúde. Não sei se o Deputado já percebeu. Um com sede em Guarapuava, que é a cidade de Ribas Carli e outro sediado em Laranjeiras do Sul.

De quanto que era a verba repassada do Estado aos dois consórcios? De quanto era o investimento do ex-Governo Jaime Lerner para os dois consórcios e para o Programa de Saúde da Família? Também quero saber do Deputado Ribas Carli de quanto era o investimento mensal do ex-Governador Jaime Lerner na Santa Casa de Guarapuava? Não precisa! Já que não está aqui o deputado não vai ficar se preocupando em me responder. O relatório do seu Governo, aquele da política criminosa da saúde pública não deixa dúvida. Foi zero, exatamente isso, Srs. Deputados, zero no Programa Saúde da Família. Investimento zero na Santa Casa de Guarapuava; investimento zero, nos dois consórcios intermunicipais de saúde. Investimento zero, no programa de saúde bucal.

O atual Governo repassou no ano passado, somente para o Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, em Guarapuava, 960 mil reais. está mantendo o repasse de 80 mil reais mensais para esse Hospital. E não pára por aqui. No Consórcio de Laranjeiras, o Governo investe 27 mil reais/mês, e no de Guarapuava, outros 30 mil reais.

E tem mais, o atual Governo, que tenta restabelecer a máquina administrativa desmontada pela administração do ex-Governador Jaime Lerner, investe quarenta mil reais mensais, no Hospital de Pitanga. O Governo criou mais 15 leitos de UTI's para os Hospitais São Vicente e Santa Tereza, leitos estes inclusive da UTI Neonatal, que não tinha, no Governo Jaime Lerner, nenhum leito neonatal. E o atual Governo já entregou 6 UTIs neonatal para aquele hospital. E fez mais firmou parceria com a Pastoral da Criança, para atuar nos 366 municípios, especialmente da base eleitoral do Deputado Ribas Carli, no valor de 972 mil reais atendendo mais de 200 mil crianças.

(Lê):

“As equipes de Saúde da Família passaram a receber recursos do Governo do Estado e foram ampliadas de 1.071 no seu governo Ribas Carli, para 1.159, apesar do orçamento cortado pelo seu governo. Aliás, nobre Deputado, o atual governo investe mil e quinhentos reais em cada equipe de Saúde da Família, nos municípios com menos de 100 mil habitantes. Já o seu governo.... sem comentários. As equipes de saúde bucal passaram de 334 para 417. Os agentes comunitários de saúde foram ampliados em mais de 500, em apenas um ano.

A parceria do Consórcio Paraná Saúde para aquisição e distribuição de medicamentos básicos chegou a 377 municípios com um aumento real na aplicação dos recursos do Tesouro do Estado em 35%.

O atual governo implementou o Programa de Prevenção do Colo do Útero com aquisição de 600 mil kits no valor de 450 mil reais e pagou mais 102 mil reais do

convênio do seu Governo, Deputado Elio Rusch, relativos a 2002, que não foram honrados.

O nosso Governo, caro Deputado Elio Rusch, elaborou e implantou o Projeto de Incentivo aos Consórcios Intermunicipais de Saúde, visando o aumento da cobertura de consultas e exame especializados pelo SUS no Estado. Esses convênios foram assinados com 18 consórcios no valor total seis milhões, duzentos e quatro mil reais.

Elaborou e implantou o Projeto de Incentivo a Hospitais de Referência Regional, como reforço à organização desses serviços. Ao todo, foram assinados convênios com 22 hospitais, no valor total de 20 milhões e quatrocentos mil reais, todos eles vinculados a um termo de compromisso de metas a serem cumpridas. Pela primeira vez, a Secretaria da Saúde tem um projeto voltado ao fortalecimento da regionalização, abrangendo simultaneamente todos os Consórcios e Hospitais de Referência.

Isso, Deputado Valdir Rossoni, significa o primeiro passo para que os seus eleitores, lá de Bituruna, não tenham que ficar 4 - 5 horas dentro de uma ambulância se deslocando até Curitiba. Com isso, eles poderão ser atendidos com qualidade, lá em União da Vitória.

Sabe porque o seu Governo não conseguia implementar essa política de saúde pública, nobre Deputado? Inclusive na sua região, onde os Prefeitos foram obrigados a contratar um ônibus para transportar pacientes para o Hospital Angelina Caron, na Região Metropolitana de Curitiba, ônibus que ficou conhecido como o “expresso da vergonha”, que hoje podemos acrescentar como “expresso da vergonha da política criminosa de saúde pública de seu Governo”.

Mas, por que os seus prefeitos buscaram essa alternativa? Porque o seu governo enchia as burras do Instituto Curitibano de Informática, com 690 mil reais por mês, para manter o Sistema Estadual de Emergência e no atual governo esse valor caiu para 358 mil reais mensais e melhorou a qualidade do serviço.

Deputado Jocelito Canto, gostaria que repassasse aos seus amigos lá da Garagem da Esperança em Ponta Grossa, alguns dados sobre saúde pública no atual Governo.

No ano passado o Governo comprou 28 ambulâncias para atender às sete unidades do SIATE e mais sete para equipar os hospitais públicos. Deputado Jocelito Canto, o senhor sabia que a última ambulância para o SIATE, durante o governo da política de saúde pública criminosa, foi adquirida em 1998?

Mas não foi só isso, meu caro Jocelito. Lá em Ponta Grossa, o Governo do Estado criou uma nova base para o transporte inter-hospitalar medicalizado e outra em Guarapuava. Adquiriu equipamentos para 50 leitos de UTI na sua cidade, Deputado Jocelito, com investimentos de um milhão e trezentos mil reais!

Mas não foi apenas em Ponta Grossa, Deputado Jocelito Canto. O Governador Requião assumiu o Paraná,

com 782 leitos de UTI e fechou o primeiro ano de administração com esse número passando para 877, ou seja, 95 novos leitos.

O Governo Roberto Requião adquiriu 195 ambulâncias para os municípios do Estado, consórcios intermunicipais de saúde e para a rede própria. Há quanto tempo seus prefeitos não recebiam ambulância, nobre Deputado Durval Amaral? E eu lhe informo, com prazer. A última aquisição de ambulância de seu Governo foi em 1998, justamente no ano eleitoral em que o pedágio foi reduzido para garantir a reeleição do Jaime Lerner!

O atual governo fez muito mais pela saúde do Paraná. O relatório está em seus gabinetes e procurem dar uma olhada e verão que o governo reformou os Hospitais: Adauto Botelho; São Roque; Hospital da Lapa; Hospital de Tibagi; o Centro de Referência Especializada Kennedy; o Pronto Socorro Neonatal de Maringá; está licitando a Unidade de Queimados de Londrina; reformou a Farmácia Especial e elabora o projeto do Hospital Regional de Paranaguá, que em 30 dias já terá em funcionamento a unidade Pronto Atendimento. Já o Pronto Socorro será reaberto com 10 leitos de UTI e não mais os quatro que o governo da política criminoso de saúde pública, encontrou e tratou de sucatear em oito anos. Em resumo, nobres Deputados é desta forma que o Governo está tratando a saúde dos paranaenses.

Portanto, nobre Deputado Valdir Rossoni. queremos o debate, sim, debate com a responsabilidade, baseado em fatos e não em mentiras, informações desconstruídas e contos de “Cassandras”, como tem sido o costume da Oposição nesta Casa.

Aproveito para consultar o nobre Deputado Elio Rusch sobre o estudo que teria encomendado sobre o aumento de capital na SANEPAR. Se por acaso foi para os técnicos do Consórcio Dominó, informo que o presidente do grupo Vivandi, controlador do consórcio está preso por praticar falcatuas nos mercados financeiros de Paris e Nova York.

Portanto, nobre Deputado, o estudo vai demorar, e as famílias carentes de Marechal Cândido Rondon, precisam urgente do programa Tarifa Social”.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, digo e repito: sempre que tiver o ataque da Oposição aqui, no outro ou nos próximos dias virão números, porque responderei com fatos, responderei com a realidade, responderei com números de um Governo sério que está acertando e que vai mudar a direção e os rumos que o Estado do Paraná tem a partir de um ano e meio e, com certeza, faremos deste o Estado pujante que já foi da Federação Brasileira.

Muito obrigado, Srs. Deputados e está aqui, para quem quiser, os números.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero esclarecer aos Srs. Parlamentares que hoje nós teremos mais duas Sessões, uma, antecipando a Sessão de amanhã para o dia de hoje, e outra que é a

Sessão Solene em que será homenageado um dos que introduziram o plantio direto no nosso Estado, da cidade de Ponta Grossa, homenagem do Deputado Plauto Miró, ao Sr. Manuel Henrique Pereira. Então, peço aos companheiros que sejamos ágeis no uso do tempo.

Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje nós tivemos a prestação quadrimestral feita pela Secretaria da Fazenda. Ela foi muito bem elaborada e foram prestados, efetivamente, os esclarecimentos a esta Assembléia Legislativa pelo Dr. Nestor, que foi, como sempre de uma transparência que, aliás, é peculiar, não só ao Dr. Nestor, quanto ao Dr. Heron Arzua, nunca faltando com a verdade, sempre colocando com muita clareza os dados da Secretaria da Fazenda.

Alguns dados chamaram muito a atenção dos Parlamentares que ali estavam, primeiro deles: o Governo do Paraná e eu tenho acompanhado as críticas veementes que o Governador Roberto Requião tem feito ao Ministro Palocci que busca, incansavelmente, o superávit primário e, de repente, o que estamos vendo no Paraná é o Estado se comportando como verdadeiramente um banco no acúmulo de recursos na administração direta e indireta. O ativo disponível chega a casa de um bilhão e seiscentos milhões de reais, não obstante, vejo aqui o pronunciamento do nobre Líder do Governo, Deputado Stica, falando das nossas rodovias, falando da saúde, como se tudo estivesse uma maravilha no Estado do Paraná.

O Tesouro acumula recursos em todas as áreas, em compensação o que estamos vendo é uma diminuição substancial nos investimentos no Estado do Paraná. Então, se acumula recursos financeiros, é porque não se aplica esse dinheiro, Deputado Bradock. Por exemplo, na área dos transportes, (quem anda pelas rodovias do Paraná sabe que todas as nossas rodovias não pedagiadas estão esburacadas e deterioradas) se formos comparar o ano de 2002 com o ano de 2003, esse Governo que aí está investiu 31% a menos em transporte, comparativamente, e como gostamos muito dos números, nós podemos dizer que em 2003 o Governo investiu 257 milhões em transporte e em 2002 foram investidos 364 milhões em transporte.

Na agricultura que temos o grande privilégio de ter um companheiro nosso da Assembléia, o Deputado Orlando Pessuti, um homem que é veterinário, um homem que se elegeu durante muitos mandatos com o discurso do homem do campo e que, efetivamente, não consegue dar vazão às reivindicações dos produtores rurais do Estado do Paraná, mesmo sendo vice-Governador. Nós chegamos ao desalento na constatação desse número, que em 2003 a Secretaria de Agricultura investiu apenas 186 milhões no Estado do Paraná contra 222 mil-

hões no ano de 2002, investindo, portanto, a menor 16,3%; na gestão ambiental foi 41,8% a menor, se compararmos 2002 a 2003; na assistência social, são números oficiais do Governo do Estado, menos 2,1%; nos investimentos, nas obras públicas, menos 8,7%; aí está o paradoxo. O Governo acumula na administração direta e indireta, são dados oficiais do Governo - um bilhão e seiscentos milhões.

Mas, esse recurso que acumula é o buraco que sobra na estrada. Esse recurso que acumula no banco estatal é efetivamente a assistência social que não é prestada aos nossos irmãos mais carentes.

E isto, a Oposição tem que alertar, porque quando foi perguntado ao Dr. Nestor qual era a possibilidade de aumento salarial para os demais servidores públicos do Estado do Paraná, ele foi categórico. Eu até anotei para não cometer nenhuma injustiça, ele respondeu assim: "aumento salarial? Não há esperança nenhuma de aumento salarial!", nobre Deputado Luiz Carlos.

Então, esta é a realidade do Paraná. O Estado tem uma situação financeira privilegiada com o aumento crescente de arrecadação e não é por milagre econômico deste Governo. O aumento da arrecadação se deve única e exclusivamente pela política de industrialização vivida nos últimos oito anos no Estado do Paraná, mudando o perfil econômico do nosso Estado. E a cada mês a arrecadação é crescente, cada vez maior em função dessa gestão industrial atraindo inúmeras empresas para o nosso Estado.

Agora, fico pensando, qual é a função social do Estado? Será que a sua função social é enriquecer? É o DETRAN ter milhões de recursos em caixa? A administração indireta ser mais rica até mesmo do que a própria administração direta? Será que esse é o objetivo de acumular, acumular, acumular recursos para efetivamente negar os investimentos na área da saúde? Negar os investimentos na manutenção da malha viária? Ou será que o enriquecimento do Estado é para fazer esse discurso falacioso de que vamos estatizar agora a Companhia de Saneamento do Paraná, para que o cidadão pague apenas R\$ 1,25? Quanta mentira! Quanta retórica apenas! A SANEPAR sempre foi pública e agora o Estado tenta fazer uma assunção da dívida que pertence à iniciativa privada, quando tenta aumentar o capital social! Só com um raciocínio equivocado de que se aumentasse o capital social diminuiria a participação acionária da iniciativa privada!

É jogar dinheiro público no ralo, porque se a SANEPAR deve ao Tesouro, esses recursos deveriam vir para a área da saúde, para os investimentos na área de educação, para os investimentos na conservação da malha viária do nosso Estado.

E alguns números efetivamente têm que ser colocados aqui, tendo em vista a nobre posição do Líder do Governo com relação a área da saúde.

Vamos falar um pouco da verdade. Vamos restabelecer a verdade. Qual era o índice de mortalidade

infantil em 1994? Porque, para mim e para qualquer referência mundial, a diminuição da mortalidade infantil significa melhoria da qualidade de vida.

Em 1994, nós tínhamos 25,58 mortos a cada 1000 nascidos vivos. Até setembro de 2001, que é o último dado que disponho, nós diminuimos a mortalidade infantil, no Estado do Paraná para 16,78 mortes a cada uma mil crianças nascidas vivas. Então, houve efetivamente uma melhoria e maiores investimentos na área da preservação da vida.

E ainda na área infantil, a Secretaria havia multiplicado por seis, na gestão anterior, o número de leitos de UTI's pediátricas no Estado do Paraná. Até o final de 1994 nós tínhamos apenas 33 leitos de UTI's pediátricas no Estado do Paraná e até o final do Governo anterior já eram 212 Unidades de Terapia Intensiva, leitos voltados para nossas crianças.

Ainda, o Estado registrava o menor índice de mortalidade materna, em função das políticas públicas na área da maternidade. O índice era de 96 por 100 mulheres, anteriormente, e houve uma queda de 31% após os investimentos verificados nos últimos anos na área da saúde.

Foram realizados, pelo Governo anterior, um milhão e setecentos mil exames do colo uterino. Temos o agendamento de consultas, enfim, toda uma política na área da saúde, que resgatou ou, pelo menos amenizou os graves problemas existentes na área da saúde pública do Estado do Paraná. E essas questões devem ser colocadas, porque se o Estado vive hoje um momento único de desenvolvimento econômico, de aumento da massa arrecadadora do nosso Estado, deve-se efetivamente à política industrial.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Hoje estamos sendo mais rigorosos com o horário, porque temos mais duas Sessões.

Não há mais inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputado.

Sobre a mesa, Ofício nº 445/2004, subscrito pelo Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, indicando o Deputado Neivo Beraldin para substituir o Deputado Renato Gaúcho na CPI da Reforma Agrária. **À Diretoria Legislativa, para as devidas anotações.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1167, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter constante do expediente, comunicando que estará ausente no dia 28 de junho para participar, como Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa, do anúncio do Plano Safra do Governo Federal, que acontecerá às 11h00 do dia 28, no Palácio do Governo em Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1180, de autoria do Deputado Tadeu Veneri constante do expediente, solicitando a Antecipação da Sessão Ordinária do dia 24 de junho (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1179, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a inversão de pauta da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2004, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de maio/2004 Resolução nº 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2004, conforme Resolução 003/2004 de 15 de março de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.06.2004.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, José Maria Ferreira e Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 045/2004

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 045/2004, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2004, regulamentada pela Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supracitada, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, concluindo pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Pelo acima exposto, delibera essa Relatoria, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 15.06.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Dr. Marino Loyola Costa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2004, de 02/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 224/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Dr. Tadeu Marino Loyola Costa.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional e encontra-se de acordo com as determinações do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Consta ainda do projeto informação sobre a concessão de títulos honoríficos por Partido, estando o Partido Liberal rigorosamente de acordo com a cota destinada.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Pedro Ivo, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares para a votação: os que forem favoráveis, votação SIM; os contrários NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Ivo Ilkiv)

(Procede à chamada dos Srs. Parlamentares)

Trinta e quatro Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Designo os Deputados Duílio Genari e Luciana Rafagnin para fazerem o escrutínio dos votos.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria registrar a presença, nas galerias, dos Vereadores da região de Campo Mourão, representando a Candoas, o Vereador Nicanor, de Boa Esperança, o Carlos, o Presidente, também do Município de Boa Esperança, o Jorge, de Janiópolis, o Ditão, de Janiópolis, o Waldemar, de Janiópolis, o Antonio Norberto, de Terra Boa, o Aristeu de Souza, de Terra Boa, o Hamilton, de Quarto Centenário, e o Jessé, de Quinta do Sol.

Hoje todos esses Vereadores foram recepcionados pelo Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi, em reivindicações da região de Campo Mourão.

E também registrar a presença do empresário e candidato a Prefeito da Cidade de Quarto Centenário, nosso amigo e companheiro, Oswaldo Xangai.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Queria saudar o eminente Deputado Barbosa Neto, que em homenagem aos grande líder do seu Partido, Leonel de Moura Brizola, está de luto hoje, oficializando no braço direito, uma tarja de luto. Parabéns, Deputado Barbosa. Acima de fazer discurso, está neste momento prestando uma homenagem aqui ao eminente e grande líder deste País, Leonel de Moura Brizola.

Queria cumprimentar V. Exa. por esta atitude.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Trinta e três votos favoráveis, um em branco. **Está aprovado em 1ª discussão.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 46/2004, de 25/05/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 207/2004

P A R E C E R :**Relatório**

O Projeto de Lei nº 207/2004, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Hermas Brandão, tem por escopo dispor sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conforme artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e diante da síntese supra, resta-nos analisar constitucionalmente o texto do projeto de lei em epígrafe, diante do que não se vislumbra inconstitucional.

Conclusão

Desse modo sendo o voto do relator submetido à apreciação dos nobres colegas Parlamentares apresentamos parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 207/2004.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 207/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do Sr. Deputado Hermas Brandão, que objetiva dispor sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nada que possa obstacularizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Usina Hidrelétrica Governador José Richa, a Usina de Salto Caxias, situada no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 032/2004, de 26/04/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 131/2004

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, o presente projeto visa denominar de Usina Hidrelétrica Governador José Richa, a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, situada no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade, bem como não haver oposição da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL na mudança de denominação da Usina.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2004, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2005 - (LDO). COM PARECER FAVORÁVEL DA CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO. (Publ. no DA nº 029/2004, de 19/04/2004).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 124/2004

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2005, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

Capítulo I

Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - Para o ano de 2005, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável constituem o eixo central sobre o qual se apóia toda a ação governamental através da elaboração de linhas de ação, diretrizes e programas.

A proposta de inclusão social e desenvolvimento sustentável para o Paraná tem como base o Diagnóstico Social e Econômico elaborado pelo IPARDES/SEPL, no qual o baixo nível de desenvolvimento humano e o desequilíbrio regional medido pelo IDH se apresentam como traços marcantes da realidade paranaense.

A estratégia de desenvolvimento proposta pressupõe a definição de linhas de ação que são complementares e se desdobram em diferentes diretrizes e

programas. Estas linhas procuram articular a ação do Estado na direção da superação dos principais problemas diagnosticados. São elas:

1. Expansão produtiva;

2. Competitividade Sistêmica;

3. Educação, Inovação, e Cultura;

4. Emprego, Cidadania e Solidariedade.

É a complementaridade entre as quatro linhas de ação que garante a consecução dos objetivos perseguidos. Essa complementaridade se revela nas ações relacionadas a cada uma das quatro áreas. As ações ligadas à expansão produtiva terão como alvo direto o fomento das empresas já instaladas no Estado e a atração de novos empreendimentos. Na linha de competitividade sistêmica, as ações estarão direcionadas à melhoria da infra-estrutura, a provisão de bens e serviços fundamentais ao bom funcionamento da economia e à qualidade de vida dos cidadãos paranaenses. A linha de ação que envolve educação, inovação e cultura preocupa-se com a formação de capital humano, a soma do treinamento, experiência e conhecimentos de uma pessoa, cujo acúmulo eleva sua produtividade e a torna mais apta à colaboração no desenvolvimento da sociedade. A quarta linha de ação é o desdobramento natural das ações nas três linhas anteriores e diz respeito ao aumento do emprego, cidadania e solidariedade no meio social paranaense.

As principais diretrizes são:

I - reduzir o analfabetismo nas áreas urbana e rural do Estado;

II - desenvolver ações que aumentem a escolaridade de crianças pobres;

III - aumentar a geração de emprego e renda, desenvolvendo atividades ocupacionais em diversos setores;

IV - Aumentar a Expectativa de Vida da População;

V - aumentar a eficiência, a qualidade e a cobertura da oferta de serviços públicos de saúde através da maior alocação de recursos;

VI - desonerar micro e pequenas empresas de modo a facilitar a acumulação de capital e a criação de empregos no setor formal da economia;

VII - implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para a inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado;

VIII - aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos através do melhor planejamento das políticas públicas;

IX - criar mecanismos que induzam a distribuição de renda e a mudança social;

X - combater o crime, a violência, o trabalho infantil e a prostituição de crianças e adolescentes através de programas de prevenção;

XI - investir na capacitação profissional dos servidores públicos;

XII - proporcionar meios de incentivo à produção e difusão cultural do Estado;

XIII - fomentar a agricultura familiar dando ênfase à produção agroecológica;

XIV - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento ao portador de deficiência e ao idoso, proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como a inclusão social;

XV - proporcionar meios de incentivo para a produção industrial do Estado;

XVI - assegurar os recursos necessários à manutenção da educação de jovens e adultos;

XVII - proporcionar meios para desenvolver programas de prevenção às doenças relacionadas ao trabalho.

Capítulo II

Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 3º - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 4º - As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2005, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 13.209.399.000,00, a preços de 30 de junho de 2004.

Art. 5º - As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2004, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de Lei Orçamentária.

Capítulo III

Dos Critérios para a Distribuição dos

Recursos Orçamentários

Art. 6º - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- ♦ Poder Legislativo até 5,0%
- ♦ Poder Judiciário até.....8,5%
- ♦ Ministério Público até3,6%

Parágrafo Único - Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2005 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 6º desta Lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25 % (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2005 a 12,00% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de sentenças judiciais;

XI - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 31 desta lei.

Art. 8º - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo.

Capítulo IV

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 9º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado; (Nível Estadual da Funcional Programática);

d) Programas de Governo: São idéias e propostas mencionadas no Plano de Governo;

e) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

f) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

g) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

h) Modalidade de Aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

i) Órgão Orçamentário: constitui o primeiro nível de desdobramento da programação orçamentária de cada um dos Poderes do Estado;

j) Unidade Orçamentária: agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que são consignadas dotações próprias. Podemos caracterizar como Agência Executiva em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. As Unidades Orçamentárias constituem desdobramentos de órgãos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

§ 4º - As autorizações para abertura de créditos adicionais, ou de alterações orçamentárias. Que poderão ser concedidas no texto da Lei Orçamentária, deverão conter limites nos termos do artigo nº 167 da Constituição Federal, estabelecer o seu nível de abrangência e não permitir o acúmulo em mais de um dispositivo.

Art. 10 - Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º - Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o caput deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

§ 2º - Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o caput deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOUREIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 – Ordinário não Vinculado;

Fonte 105 – Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;

Fonte 106 – Fundo Especial da PGE;

Fonte 108 – Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;

Fonte 111 – Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis Em Encampação de Rodovias;

Fonte 112 – Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;

Fonte 123 – Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 – Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;

Fonte 125 – Venda de Ações e / ou Devolução de Capital Subscrito;

Fonte 126 – Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 – Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;

Fonte 128 – Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;

Fonte 129 – Taxas de Polícia – FUNRESPOL;

Fonte 131 – Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091 / 95;

Fonte 132 – Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 – Taxa Ambiental;

Fonte 139 – Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM;

Fonte 141 – Retorno de Programas Especiais – FDU;

Fonte 146 – Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCB.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 – Convênios com o Exterior;

Fonte 148 – Outros Convênios.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 – Operações de Crédito Internas;

Fonte 130 – Operação de Crédito Externa – Paraná 12 Meses / BIRD;

Fonte 136 – Operação de Crédito Externa – PROEM / BID;

Fonte 137 – Operação de Crédito Externa – Paraná Urbano II / BID;

Fonte 140 – Operação de Crédito Externa – Saneamento Ambiental –

PARANASAN / JBIC;

Fonte 142 – Outras Operações de Crédito Externas – Desenvolvimento Integrado;

GRUPO 16 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 – Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

GRUPO 45 – FUNDEF – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 – Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 – Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 – Operação de Crédito Externa;

Fonte 253 – Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 254 – Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;

Fonte 255 – Transferências da União – SUS;

Fonte 256 – Reposição Florestal – SERFLOR;

Fonte 260 – Multas Ambientais – FEMA (Fundo Estadual de Meio Ambiente);

Fonte 270 – Aumento de Capital Social;

Fonte 281 – Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 – Convênios com o Exterior;

Fonte 284 – Outros Convênios;

Fontes 292 – Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

Art. 11 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2005 à Assembléia Legislativa.

Art. 13 - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no parágrafo 7º do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Inciso III do artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia

Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no parágrafo 7º da artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 15 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2005 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 16 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 17 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2004, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 18 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes

couver pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 19 - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2004.

Art. 20 - A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 21 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos.

Art. 22 - As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no caput deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 23 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do Tesouro Estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 24 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 25 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 26. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 27 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no caput deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2004, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2004, a serem incluídos no orçamento de 2005, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2004, conforme artigo 98, parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 28 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º - A execução orçamentária de despesas provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 29 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 30 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31 - O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2006.

Art. 32 - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária, a, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida, e a 1% (um por cento) na lei, sendo pelo menos metade da reserva, no projeto, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

Capítulo VI

Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 33 - Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras e nas suas regionalizações serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2005.

Capítulo VII

Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 34 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2003, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º - Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas às Despesas do Estado
com Pessoal e Encargos Sociais e
Outras Despesas Correntes, com Base na
Receita Corrente Líquida

Art. 35 - No exercício financeiro de 2005 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - O Estado deverá consignar na Lei Orçamentária dotação para realizar reposição e alteração salarial, reestruturação e/ou ajuste de quadro de cargos e carreiras, desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no Item I, Parágrafo Único do artigo 22 da referida lei.

Art. 36 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de

um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

Capítulo IX

Das Disposições Relativas à Destinação de
Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 37 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 38 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2005, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 39 - A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazo, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

Capítulo X

Disposições Transitórias

Art. 40 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2005, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

Capítulo XI

Demais Disposições

Art. 41 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade

com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 43 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no Artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 44 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 45 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 46 - A Lei de Orçamento Anual de 2005, criará programa de apoio, as Sociedades Indígenas Paranaenses.

Art. 47 - A elaboração do projeto de Lei Orçamentária de 2005, a aprovação e a execução da respectiva lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Serão divulgadas na Internet, ao menos:

I - pelo Poder Executivo:

a) as estimativas das receitas de que trata o artigo 12, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

b) a proposta de Lei Orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos;

d) dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual.

Art. 49 - O Poder Executivo fixará no exercício de 2005 para fins de acompanhamento da execução orçamentária, a metodologia e memória de cálculo da receita corrente líquida e da receita líquida que servirão para fins de apuração e controle

no artigo nº 54 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e divulgará em meio eletrônico de dados até vinte dias do encerramento de cada quadrimestre.

Art. 50 - Integrará a Lei Orçamentária Anual, para efeito de normatização, fixação e aferição de resultados o Anexo de Vinculações relativos aos limites determinados por lei específica.

Art. 51 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ANEXO I - METAS FISCAIS

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior.

A execução orçamentária e financeira de 2003 foi marcada pelos ajustes decorrentes da mudança de Governo e pela continuidade do processo de equilíbrio das contas públicas estaduais. No primeiro trimestre do ano, o Governo Estadual declarou moratória no pagamento das despesas de custeio, inclusive de restos a pagar, com o objetivo de reavaliar os contratos. Ao mesmo tempo iniciou-se o diagnóstico da situação financeira, administrativa e dos programas governamentais a fim de ajustar-se a administração e o orçamento do Estado à estratégia do novo Governo que tomara posse no início de 2003.

Passado o período de moratória, por meio de Decreto, o Poder Executivo efetuou contingenciamento de 30% nos gastos de custeio administrativo, antes de iniciar a liberação dos créditos orçamentários para custeio. Por sua vez, a reavaliação e a readequação dos programas de governo resultaram em adiamento e reprogramação dos cronogramas de investimentos para o ano.

Como resultado de todas essas medidas, as despesas não financeiras, em especial as outras despesas de custeio (ODC) e os investimentos, apresentaram queda em relação ao programado na LDO respectiva. No entanto as despesas com pessoal e encargos sociais foram acima do programado, basicamente em decorrência da aprovação de reajustes, promoções e progressões no segundo semestre de 2002, com implantação prevista a partir do início de 2003. Essa situação não fora considerada tanto na LDO quanto no orçamento aprovado para 2003, o que reforçou a necessidade de ajustamentos nesses instrumentos de gestão.

No que se refere às receitas não financeiras, embora o montante realizado tenha se aproximado dos valores previstos na LDO o desempenho também foi diferenciado, assim como nas despesas. Isso ocorreu basicamente devido a excesso de arrecadação nas receitas tributárias com queda nas receitas de transferências. Por

sua vez as operações de crédito, que compõem as receitas do Estado, mas são excluídas para efeito de apuração do resultado primário, também foram superestimadas, pois contemplaram o aporte de recursos em programas que, de fato, não foram contratados, bem como em decorrência da reavaliação dos programas de governo.

Por conta dos impactos dessas medidas, as receitas não financeiras apresentaram desempenho semelhante ao previsto na LDO, enquanto as despesas não financeiras foram menores do que o previsto. Esses fatores ajudam a explicar a superação da meta de resultado primário prevista na LDO de 2003 (Tabela 1).

Tabela 1 - Metas Fiscais Relativas a 2003

Discriminação	Previsto (em R\$ mil)	Realizado (em R\$ mil)
Receita Não Financeira	10.272.773	10.264.014
Despesa Não Financeira	10.049.448	9.530.418
Resultado Primário	223.325	733.596

Apesar desse excelente desempenho das contas públicas, o perfil do endividamento público do Estado indica comprometimento crescente do orçamento estadual com o pagamento do serviço da dívida no período 2001-2005, com quedas gradativas ocorrendo somente a partir de 2006. Diante disso apesar do desempenho do resultado primário em 2003 ter superado a meta prevista, o serviço da dívida no valor de R\$ 1,19 bilhões, ainda o supera, indicando que a despeito dos esforços no ajustamento das contas públicas, o saldo devedor da dívida pública estadual continuará aumentando nos próximos anos.

Esse aumento no estoque da dívida pode ser explicado basicamente por dois fatores. O primeiro é a continuidade dos desembolsos dos programas de financiamento junto a organismos de financiamento nacionais e internacionais, os quais se encerram em 2004 e 2005. O segundo refere-se aos indexadores do estoque da dívida estadual. Da dívida interna cerca de 60% corresponde ao refinanciamento pela União da dívida do Paraná, que é

corrigida pelo IGP-DI, além dos juros de 6% aa. A dívida interna, cerca de 20% da dívida estadual, é indexada à correção cambial, basicamente o dólar, mais os juros contratuais.

Esses dois indexadores, IGP-DI e variação do dólar, desde a mudança de regime cambial ocorrida em 1999, têm sido muito influenciados por efeitos de choques internos e externos na economia, enquanto o IPCA, ao dissipar os choques na sua estrutura de ponderação, coaduna-se ao comportamento das despesas e da arrecadação estadual. Como os efeitos dos choques têm apresentado impactos muito reduzidos no acréscimo da arrecadação, é crescente o descompasso entre o crescimento do estoque da dívida, da participação relativa do serviço da dívida no orçamento estadual e da arrecadação de receitas.

As Tabelas 2 e 3 abaixo resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2002 e 2003 e reprogramadas para 2004.

Tabela 2 - Metas Fiscais 2002 - 2004 - Preços Correntes - em R\$ mil

Discriminação	2002 Realizado	2003 Realizado	2004 Reprogramado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	83.091	223.325	891.517
II. Resultado Primário Obtido	561.167	733.597	119.782
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	478.076	510.272	- 771.735
IV. Resultado Nominal Obtido	3.277.120	- 221.706	497.650

Fonte: SEFA/SEPL

Tabela 3 - Metas Fiscais 2002 - 2004 - Preços Constantes de 2004 - em R\$ 1000

Discriminação	2002 Realizado	2003 Realizado	2004 Reprogramado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	101.978	258.074	891.517

Tabela 3 - Metas Fiscais 2002 - 2004 - Preços Constantes de 2004 - em R\$ 1000

II. Resultado Primário Obtido	688.720	847.745	119.782
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	586.743	589.670	- 771.735
IV. Resultado Nominal Obtido	4.022.009	- 244.647	497.650

Fonte: SEFA/SEPL

Como desdobramento do Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 11/98 STN/COAFI/MF firmado com a União em 31/03/1998, o Estado aderiu ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal em outubro daquele ano.

O Programa compõe-se de seis principais metas fiscais que atendem tanto ao desempenho das contas públicas, quanto a aspectos de modernização administrativa e reforma do Estado. No período de 1998 a 2003, o Estado passou a acumular superávits primários com vistas a sustentação do pagamento dos encargos decorrentes do Contrato de Refinanciamento, considerando-se a execução do Tesouro Estadual na metodologia e sistemática específicas do Programa.

2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A continuidade da política fiscal para os anos subsequentes tem por objetivo o resgate da capacidade de investimento estadual para apoiar a estratégia de desenvolvimento delineada no Plano de Governo e no Plano Plurianual. Essa estratégia está fundamentada no desenvolvimento sustentável e na distribuição de renda, eixos nos quais se sustentam as ações governamentais por meio das diversas políticas do Estado.

Para a retomada dos investimentos, torna-se necessária a manutenção de superávits primários positivos no período 2004-2007, de modo a contribuir para a redução do estoque e do serviço da dívida, o que permitirá o restabelecimento de fundos para realização de investimentos nos programas do governo.

As metas fiscais mencionadas também decorrem das condições da economia paranaense e brasileira. No cenário para os próximos anos supõe-se a retomada do crescimento sustentável da economia brasileira a partir de

2004 e seus reflexos no Paraná. Em 2003, em decorrência da necessidade de ajustes macroeconômicos aos choques ocorridos em 2002, aumentaram-se as metas de superávit primário para o setor público (4,25% do PIB), promoveu-se o aumento nas taxas de juros no primeiro semestre e a posterior queda no segundo semestre, além do encaminhamento e aprovação das reformas tributária e da previdência.

Essas medidas resultaram na política fiscal e monetária conservadora por parte do Governo Federal tendo por consequência a redução da absorção interna, que aliada ao cenário externo de melhoria na liquidez internacional, à elevação no preço das commodities agrícolas no mercado internacional e à desvalorização do dólar perante outras moedas fortes, permitiram a queda nas taxas de inflação, a queda na taxa de câmbio e melhoria substancial no saldo da balança comercial.

No entanto, em função desses acontecimentos, em 2003 a economia brasileira recobrou o controle da inflação, que foi de 9,3% em 2003 quando fora de 12,53% em 2002, ao custo de uma queda de 0,2% no PIB. Por sua vez, o excelente desempenho da agricultura paranaense, aliado ao crescimento da produção industrial e das vendas no comércio permitiram que o PIB do Paraná apresentasse crescimento de 3,4%. Para 2004 espera-se a retomada do crescimento da economia brasileira com a manutenção do controle da inflação, bem como a manutenção do crescimento da economia do Paraná. De 2005 em diante, supõe-se o retorno ao crescimento sustentado da economia, resultando no crescimento do PIB do Paraná de 0,5% acima do PIB brasileiro (Tabela 4).

Tabela 4 - Indicadores econômicos para o período 2003 - 2007

Indicador	2003	2004	2005	2006	2007
PIB do Brasil (variação %)	- 0,2%	3,6%	3,7%	3,7%	3,7%
PIB do Paraná (variação %)	3,4%	1,8%	4,2%	4,2%	4,2%
Inflação, IPCA (variação %)	9,17%	5,9%	5,0%	4,8%	4,4%
Inflação, IGP-DI (variação %)	7,56%	7,3%	5,4%	5,4%	4,9%
Taxa de Câmbio, final do ano (R\$/US\$)	2,89	3,15	3,35	3,55	3,69

Fonte: IPARDES/SEPL

A existência de superávits primários nos próximos anos, média de 0,9% do PIB do Paraná, supõe: a) a retomada do crescimento sustentável da economia paranaense e brasileira, o que se refletirá no incremento das receitas não-financeiras do Estado; b) no controle das despesas de manutenção da administração estadual; e c) no cumprimento do Programa de Ajuste Fiscal, firmado com o Governo Federal e em processo de renovação em 2004, permitindo sustentar o pagamento do serviço da dívida.

Em conjunto essas condições permitirão a continuidade do gradual incremento nos recursos disponíveis para a realização de investimentos e a execução de programas finalísticos, tendo por consequência o incremento nas despesas não-financeiras do Estado, com redução da relação Dívida/PIB.

As Tabelas 5 e 6 abaixo resumem as metas fiscais para o triênio 2005-2007, a preços correntes e a preços constantes de 2004, resultantes dos impactos das ações mencionadas.

Tabela 5 - Metas Fiscais para o Período 2005 - 2007, Preços Correntes

Discriminação	2005		2006		2007	
	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	12.536.908	14,56%	13.463.541	15,01%	14.354.065	15,36%
II. Despesas Não Financeiras	11.639.905	13,52%	12.676.715	14,13%	13.434.681	14,37%
III. Resultado Primário	897.003	1,04%	786.826	0,88%	919.384	0,98%
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.565.976	14,60%	12.881.737	14,36%	13.088.622	14,00%
V. Resultado Nominal	- 271.809	- 0,32%	- 315.761	- 0,35%	- 206.885	- 0,22%

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

Tabela 6 - Metas Fiscais para o Período 2005 - 2007, Preços Constantes de 2004

Discriminação	2005		2006		2007	
	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	9.273.551	14,56%	9.958.981	15,01%	9.634.448	15,36%
II. Despesas Não Financeiras	8.610.038	13,52%	9.376.966	14,13%	9.017.358	14,37%
III. Resultado Primário	663.513	1,04%	582.015	0,88%	617.091	0,98%
IV. Saldo devedor da Dívida	9.295.052	14,60%	9.528.621	14,36%	8.785.083	14,00%
V. Resultado Nominal	- 201.057	- 0,32%	- 233.568	- 0,35%	- 138.861	- 0,22%

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

Nas estimativas das receitas tributárias para o período 2005-2007 foram consideradas as projeções de evolução do Produto Interno Bruto do Paraná (PIB/PR), a variação da inflação (IGP-DI), o retorno dos recursos do Programa Paraná Mais Empregos/PRODEPAR e Esforço Fiscal. Na estimativa do ICMS foram utilizados o IGP-DI e o crescimento do PIB do Paraná, conforme o cenário econômico mencionado. Para fins do cálculo do ICMS, o percentual de evolução do PIB foi depreciado em 45%, ou seja, apenas 55% da evolução foi considerado como

fator determinante de acréscimo no imposto. Os valores dos Programas Paraná Mais Empregos e PRODEPAR, estão fundamentados nos quadros de acompanhamento do Programa, elaborados pela Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC/SEFA). Os valores projetados para a arrecadação por meio do esforço fiscal, tem como base os projetos da Coordenação da Receita do Estado (CRE/SEFA), na composição da Receita Tributária do Estado.

Na estimativa das receitas foram incluídos os impactos plenos decorrentes da reforma tributária e prev-

idenciária de 2003. Da reforma tributária consideraram-se os efeitos da descentralização da CIDE e da criação do novo Fundo Orçamentário em substituição à Lei Kandir (LC 87/96). Na descentralização da CIDE, estão contempladas as liberações trimestrais de 25% do total arrecadado como quota-parte dos Estados e Municípios. Esse percentual será aplicado a partir de Abril/2004. Para efeito de projeção considerou a majoração da alíquota para 29% somente para os trimestres a partir de Outubro/2004. Da quota-parte dos Estados e Municípios, a parcela do Estado do Paraná é de 7,23%, sendo 75% do Estado e 25% dos Municípios paranaenses.

O Fundo Orçamentário para compensação de perdas no ICMS de produtos exportados, pendente de regulamentação pelo Governo Federal, contempla a manutenção dos valores distribuídos em 2004, R\$ 4,3 bilhões, com acréscimo de R\$ 2,0 bilhões a partir de 2005. Desse montante cabe ao Paraná 9,53%, sendo 75% ao Estado e 25% aos Municípios.

Da reforma previdenciária, incluiu-se o acréscimo na arrecadação decorrente do recolhimento de contribuição previdenciária dos servidores inativos, cuja Mensagem nº 006/2004 referente ao projeto de lei foi encaminhada à Assembléia Legislativa, com impactos previstos a partir de meados do segundo semestre de 2004.

Para a estimativa das demais receitas do Estado até 2007, foram observadas as normas técnicas e legais, atinentes a cada item específico, considerados os efeitos das alterações na legislação, bem como as variações nos índices de preço e de crescimento do PIB do Paraná e do Brasil de acordo com o cenário utilizado.

No que se refere às despesas, persiste o elevado comprometimento do orçamento estadual com o pagamento de despesas fixas, de caráter permanente e continuado, restringido as disponibilidades para investimentos e execução de programas. Itens como despesas de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, transferências a municípios, pagamentos de precatórios, PASEP, contrapartidas de empréstimos externos e as vinculações constitucionais e legais a órgãos e programas, são responsáveis por mais de 85% das despesas totais consignadas no orçamento. Esse fato reforça a necessidade do compromisso com a racionalização de despesas, em especial as não-discrecionárias, e com os princípios da responsabilidade fiscal.

Para a projeção das despesas de pessoal até 2007, considerou-se a manutenção da atual política de reajustes diferenciados por carreira, de implantações de progressões e promoções e de autorizações para concursos e contratações, somente nos limites e percentuais estritamente permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Cabe mencionar, que dentro desses limites estão incluídos os impactos do Plano de Cargos e Salários do Magistério, o crescimento vegetativo da folha de pagamento

de 2,39% em 2005 e de 5% em 2006 e 2007, bem como a decorrente readequação do cronograma de implantações, realizada de forma permanente para compatibilização às exigências legais.

O serviço da dívida, que inclui os pagamentos com juros e amortizações, estará comprometido essencialmente com as obrigações decorrentes das dívidas renegociadas com a União, que representaram cerca de 60% do estoque da dívida do Estado em 2003, e com os pagamentos da dívida externa junto a organismos financeiros internacionais unilaterais e multilaterais, cerca de 20% da dívida em 2003. A projeção dos serviços da dívida foi efetuada de acordo com os cronogramas, índices e parâmetros próprios de cada contrato de endividamento coerentes com o cenário geral adotado para a LDO.

Para as demais despesas de custeio, decorrente dos controles implementados na sistemática de programação orçamentária e financeira, considerou-se apenas a manutenção do valor real observado em 2003, sem nenhum acréscimo adicional.

A despeito das vinculações constitucionais e legais afetarem todas as naturezas de despesa orçamentárias, parcela substancial dessas vinculações está relacionada às despesas de custeio. Como as despesas vinculadas estão atreladas à receita, há a garantia do seu crescimento por conta dos incrementos na arrecadação. Dado o controle legal sobre as despesas de pessoal e a manutenção dos valores reais das outras despesas de custeio, o ajuste termina por ocorrer sempre nas despesas não vinculadas.

A título de exemplo de vinculação orçamentária cabe mencionar o aporte adicional de recursos, a partir de 2004, para atendimento ao artigo 198 e artigo 77, inciso II do ADCT, da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima em 12% das receitas mencionadas naqueles artigos em ações e serviços públicos de saúde, o que implica no aumento da rigidez na execução do orçamento estadual.

Dessa forma, além do controle das despesas de custeio, a diminuição da rigidez orçamentária decorrente das vinculações é essencial para a consolidação das metas fiscais, ao equacionar de modo duradouro os desequilíbrios embutidos no orçamento estadual.

Com base nestas constatações, dada a capacidade de crescimento das receitas, o grau de endividamento do Estado e a rigidez orçamentária decorrente das vinculações, a manutenção de política fiscal é o elemento fundamental para a recuperação da capacidade de investimento do Estado e, por consequência, para o desenvolvimento do Estado.

3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2001 a 2003. O Saldo Patrimonial é a categoria do Balanço Patrimonial, das entidades do setor público regidas pela Lei nº

4.320/64, que expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios

Patrimônio Líquido	2003 (R\$ 1.000)	2002 (R\$ 1.000)	2001 (R\$ 1.000)
Ativo Financeiro	1.261.043	756.611	915.327
Ativo Permanente	15.831.900	13.038.006	11.051.325
Soma do Ativo Real	17.092.943	13.794.617	11.966.652
Passivo Financeiro	4.248.363	3.771.588	4.069.476
Passivo Permanente	12.484.539	12.415.759	9.408.065
Soma do Passivo Real	16.732.902	16.187.347	13.477.541
Saldo Patrimonial	360.041	- 2.392.730	- 1.510.889

O Balanço Patrimonial do Estado no exercício de 2001 apresentou um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 1.510,8 milhões, resultante da Diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real. Esse déficit apresentado teve um decréscimo de R\$ 322,6 milhões com relação ao déficit patrimonial apurado no exercício de 2000. Já no exercício de 2002 o Balanço Patrimonial apresentou um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 2.392,7 milhões, representando um acréscimo de 634,5 milhões sobre o Déficit Patrimonial de 2001.

O exercício de 2003 apresentou em seu Balanço Patrimonial um Superávit Patrimonial de R\$ 360 milhões.

4. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

O Ativo Total da Parana Previdência em dezembro de 2002 atingiu o montante de R\$ 3,397 bilhões, e em dezembro de 2003 registrou o valor de R\$3,383 bilhões.

O Programa de Investimentos do Fundo Previdenciário que correspondia a R\$ 2,960 bilhões em dezembro de 2002, registrou o valor de R\$ 2,818 bilhões em

dezembro de 2003. A desvalorização cambial do Real em relação ao Dólar, no ano de 2003, foi superior a 18% e teve reflexo direto no resultado da carteira, a qual é composta em cerca de 60% por títulos indexados ao Dólar. Os investimentos, excluindo os Certificados Financeiros do Tesouro, renderam 22,06%, correspondendo ao IGP-M + 8,89% ao ano, acima da meta atuarial que é o IGP-M + 6% ao ano.

Nas demonstrações contábeis da Parana Previdência relativas ao exercício de 2003 consta o Parecer Atuarial onde verifica-se no Laudo Atuarial que a situação do Fundo de Previdência da Parana Previdência em 31/12/2003, apresentou-se equilibrada, com a existência de um superávit técnico de R\$ 11.429.778,95, observadas as colocações técnicas contidas na presente avaliação atuarial.

Esse superávit, foi apurado, tendo em vista que o valor do ativo líquido do Fundo de Previdência, que nos foi informado pela Parana Previdência, apresentou o valor de R\$ 2.039.425.832,95.

O quadro a seguir demonstra os números apresentados no parágrafo anterior.

Reservas Matemáticas	Avaliação Atuarial EC 41 * 4
(1) Benefícios Concedidos *1	822.953.646,00
(2) Benefícios a Conceder *2 e *3	2.746.090.090,00
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	3.569.043.736,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(1.541.047.682,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	2.027.996.054,00
(6) + (7) - (5) Resultado Técnico *5	11.429.778,95
(7) Ativo Líquido do Fundo de Previdência	2.039.425.832,95

Notas:

*1	A Reserva de Benefícios concedidos está líquida do valor equivalente a 10% do valor atual dos benefícios futuros, que se projeta como hipótese, receber através da compensação previdenciária prevista na Lei 9.796, avaliada em: $10\% \text{ de } \{[982.143.256,00 - (8.317.186,00/0,10)]\} + 8.317.186,00 = 98.214.326,00$, considerando a proporção de 10% obtida na projeção atuarial retratada no JM/0091/97, de 14/01/1997. Considera-se também, o valor presente atuarialmente calculado, de R\$ 8.317.186,00, referente aos processos já reconhecidos, e em fase de pagamento mensal pelo INSS, correspondentes ao tempo de serviço ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
*2	Incorpora o reflexo das 9.760 novas nomeações ocorridas em 27/12/2003, no Estado do Paraná. Esse reflexo reduziu a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder em R\$ 11.461.086,00 e acresceu a Reserva a Amortizar de serviços Passados em R\$ 60.462.906,00.
*3	A Reserva de Benefícios a Conceder está líquida do valor equivalente a 10% do valor atual dos benefícios futuros, que se projeta como hipótese, receber através da compensação previdenciária prevista na Lei 9.796, avaliada em: $10\% \text{ de } 3.910.137.764,00 = 391.013.776,00$, considerando a proporção de 10% obtida na projeção atuarial retratada no JM/0091/97, de 14/01/1997.
*4	Situação refletindo a EC 41 – Considerando a decisão do Estado do Paraná pela adoção da alíquota de 11%, conforme estabelece os incisos I, II, III, IV e V do artigo 5º do Decreto 2551, de 11/02/2004. - Contribuição de Ativos de 11% sobre a remuneração. - Contribuição para os atuais inativos e pensionistas de 11% sobre o que exceder a R\$ 1.200,00 e, de 11% sobre o que exceder a R\$ 2.400,00 para os futuros inativos e Pensionistas. - Previsão do nível para as futuras pensões de 100% até R\$ 2.400,00 e 70% sobre o que exceder a R\$ 2.400,00.
*5	Se negativo, é Déficit a Equacionar e, se Positivo é Superávit.

5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

São consideradas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (artigo 17, da LC 101/00).

Essas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes nas arrecadações. Considera-se de aumento permanente de receita o proveniente

de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Na margem de expansão para 2005 (Tabela 8), as receitas tributárias e de contribuição consideram a elevação da base tributária decorrente do crescimento do PIB do Paraná e a criação da contribuição sobre servidores inativos, instituída pela reforma previdenciária de 2003. Nas despesas correntes de caráter continuado estão incluídos os aumentos permanentes decorrentes de decisões tomadas em 2004 que terão impacto adicional em 2005.

Tabela 8 - Saldo da Margem de Expansão em 2005

Discriminação	2005
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	791.224
2. Transferências Constitucionais e Legais	194.950
3. Saldo (1-2)	596.274
4. Saldo já utilizado	527.457
Plano de Cargos e Salários do Magistério, Concursos, Promoções e Progr. Carreiras	478.583
Serviço da Dívida	42.803
Precatórios	6.071
5. Margem de Expansão	68.817

ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2005 conta com riscos fiscais

decorrentes da não definição da Reforma Tributária que é consensual entre os dirigentes do setor público e privado.

O novo Fundo de Compensação previsto na LC 87/96 – Lei Kandir está sendo estudado na reforma tributária e até a data de encaminhamento deste projeto de lei não apresentou definição, motivo pelo qual suas previsões ficam em situação de receita condicionada.

O ICMS por ser um tributo de competência estadual, tem uma legislação para cada estado da Federação, a unificação da legislação e a padronização das alíquotas são os passos mais importantes.

Apesar dos avanços, muitas questões são objeto de discussão, especialmente a definição da cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria, o que pode causar impacto financeiro para os Estados com redução ou acréscimo na sua arrecadação, em decorrência das várias alternativas possíveis ainda em discussão.

O Governo do Estado do Paraná em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, assinou o Convênio ICMS 74/03 – CONFAZ que autoriza o Estado a conceder crédito presumido do ICMS aos contribuintes que financiarem projetos culturais vinculados a órgão da administração pública estadual responsável pela cultura, no percentual de até 80% do valor aplicado no projeto. Essa concessão de crédito presumido caracteriza uma renúncia de receita do Estado, cujo valor não pode ainda ser definido, tendo em vista a necessidade de aprovação de regulamentação estadual.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 124/2004

P A R E C E R :

Trata-se do Projeto de Lei nº 124/2004, oriundo da Mensagem Governamental nº 09/2004, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2004.

À LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005, foram apresentadas um total de 22 (vinte e duas) emendas, das quais foram acolhidas 15 (quinze) e não acatadas 07 (sete) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas emendas que total ou parcialmente, retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu face a motivos como: a incompatibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual, inopportunidade da proposta - já que em muitos dos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária, ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria Interministe-

rial nº 163/2001, bem como da Lei nº 4320/86, que versa sobre matéria orçamentária.

Desta maneira, o substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à Lei de Responsabilidade Fiscal, dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e seqüência à política das contas públicas no Paraná.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer favorável à sua aprovação, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/2004, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Estudos e Pesquisas Espíritas e Assistência Social de Irati - SEPEASI, com sede e foro no Município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/2004, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS, com sede e foro no Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Matinhos, com sede em Matinhos e foro em Guaratuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro na Comarca de Altônia/PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a apreciação de medicamentos genéricos nos estabelecimentos dos Sistema de Saúde Estadual e credenciados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 068/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Antonio Olinto/PR, com sede no mesmo Município e foro no Município da Lapa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/2004, de 16.03.2004)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural, conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 503/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O consumo de energia elétrica na zona rural, cujos beneficiários não estejam incluídos em outros programas de isenção, remissão ou gratuidade, poderá ser pago por ocasião da realização da safra ou a cada 04 (quatro) ou 06 (seis) meses, nos termos de regulamentação própria a ser efetivada em até 60 (sessenta) dias da entrada em vigor desta lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado, também, a tomar todas as providências necessárias para a implementação do referido no *caput* do artigo desta lei.

Sala das Comissões em 16.06.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 01**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7257, de 30.11.79, alterada pelas Leis nºs 7812, de 29.12.83 e 9174, de 29.12.89, ficando automaticamente

extinta a taxa de segurança por ela criada. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E CF. PARECER CONTRÁRIO DA SP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

O projeto voltará à CCJ para as devidas correções.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1159, de autoria dos Deputados Nelson Justus, Durval Amaral, Elio Rusch e demais Deputados, constante do expediente da Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1165, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1166, 1168 e 1173, de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1169 e 1174, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1170, 1171 e 1173, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1175, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1176 e 1177, de autoria do Deputado Natálio Stica, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 301/2003 e 124/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 006, 110, 153, 159, 196, 201, 213, 231 e 238/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
15ª LEGISLATURA - 2ª LEGISLATIVA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2004, reuniu-se na sala de Reunião da Comissão de Orçamento, sob a Presidência do Sr. Deputado Ademir Bier, com as presenças dos Srs. Deputados Marcos Isfer, Pedro Ivo Ilkiv, Ademar Traiano e José Maria Ferreira, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu

por aberta a presente reunião, passando a palavra ao Deputado Marcos Isfer, relator do Projeto de Lei nº 124/2004, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2005 de que trata a Mensagem nº 09/2004. Abrindo o seu parecer o Deputado Marcos Isfer fez um amplo relato dos trabalhos da comissão e que foram apresentadas 22 emendas ao projeto, sendo que 15 foram acolhidas. Antes da votação de seu parecer, o Deputado Marcos Isfer agradeceu aos técnicos da Comissão de Orçamento pelo empenho com que elaboraram os trabalhos da mesma. O Presidente colocou,

então, em votação o parecer do Deputado Marcos Isfer ao Projeto de Lei nº 124/2004, os membros da Comissão deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO na forma de Substitutivo Geral. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária